

# Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro



Repositório autorizado de jurisprudência  
do Egrégio Supremo Tribunal Federal  
Registro nº 25/99, de 22/04/1999  
DJU nº 72, de 16/04/1999, p.1

Repositório autorizado de jurisprudência  
do Egrégio Superior Tribunal de Justiça  
Registro nº 37 – Portaria nº 1, de 26/10/1998  
DJU de 05/11/1998, p.137 - Registro retificado  
Portaria nº 9, de 14/06/1999 – DJ 22/06/1999

# Amazônia: desafios e propostas<sup>1</sup>

Ives Gandra da Silva Martins\*

Samuel Hanan\*\*

*Floresta em pé é mais rentável que qualquer outra atividade que agride o meio ambiente*

O recente anúncio do presidente norte-americano, *Joe Biden*, de que os *Estados Unidos* doarão US\$ 500 milhões para o *Fundo Amazonia* reavivou a preocupação mundial com a preservação da floresta amazônica, dado seu papel ambiental.

A notícia, por óbvio positiva, enseja o debate interno sobre as soluções viáveis para a *Amazônia*, maior patrimônio nacional. Um estudo que deve se desenvolver sobre as bases da floresta em pé, *proteção das terras indígenas* e resgate da dignidade humana de *indígenas*, caboclos e ribeirinhos.

A Amazônia ocupa 45,47% do território nacional. Nela estão inseridos sete estados, com 18,85 milhões de habitantes (8,9% da população brasileira). Ali existem 95,56 milhões de hectares de terras homologadas, reservadas e declaradas que abrigam 305.873 indígenas (base 2010) ou 1,62% da população da região Norte.

Mesmo 522 anos após o descobrimento do Brasil, ainda temos preservados de 82% a 84% da floresta original da Amazônia brasileira, índice que era de 92% a 94% há 20 anos. Infelizmente, houve descaso com a região por parte dos governos nacionais nas duas últimas décadas, quando a perda da cobertura florestal foi de mais de 10% da floresta nacional.

Em 20 anos, a participação da região Norte no PIB brasileiro caiu de 8,85% para 6,0% (Ipeadata), redução de 32%. A renda média da população da região é muito inferior à média nacional, e o IDH é menor que o nacional, o do Sudeste, do Sul e do Distrito Federal. Como se vê, a região sofre há pouco mais de duas décadas com o abandono do Governo Federal, situação esta agravada pela desobediência à Constituição Federal (arts. 3, 43 e 165, parágrafos 6º e 7º), destinando de 62% a 64% dos gastos tributários da União (R\$ 456 bilhões; Ploa 2023), para o Sul e Sudeste, justamente as regiões mais desenvolvidas do país. Ao invés de reduzir as desigualdades regionais e sociais, essas políticas estão as aumentando e perpetuando.

<sup>1</sup> Artigo originalmente publicado no periódico “Folha de São Paulo”, caderno “Opinião”, em 2/maio/2023.

\* Presidente do Conselho Superior de Direito da Feccomercio-SP. Professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra.

\*\* Engenheiro com especialização nas áreas de macroeconomia, administração de empresas e finanças. Ex-vice-governador do Amazonas (1999-2002). Autor de “Brasil, um País à Deriva” e “Caminhos para um País Sem Rumor” (ed. Valer). Empresário.

A Amazônia é permanentemente degradada pela *atividade ilegal de garimpos e madeiras clandestinas*, com ações predatórias que precisam ser combatidas inclusive com a criminalização de toda a cadeia: fornecedor de insumos, financiador e comprador final.

*Manter a floresta em pé* não é somente necessidade ambiental e climática; é demanda ética, moral e econômica. Não se pode mais ignorar que as agressões ambientais provocadas por ação e omissão humanas, entre elas o *desmatamento*, são responsáveis por grandes desastres naturais. Por outro lado, preservar a Amazônia se traduz também em necessidade econômica. A floresta em pé garante o regime de chuvas que alimenta todo o sistema de energia hídrica do país. Além disso, os *rios voadores da Amazônia* e o *aquífero Saga* são as fontes de água transportadas para as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, assegurando o sucesso do *agrobusiness*, setor responsável por 25% do PIB nacional.

É possível manter a floresta em pé, respeitando as terras indígenas, sua população e cultura e, também, melhorando a vida de ribeirinhos e caboclos sem o comprometimento dos orçamentos públicos da União, estados e municípios. Há caminhos viáveis. Um deles é explorar o *mercado de créditos de carbono*, utilizando inclusive os 95,56 milhões de hectares das terras indígenas, ainda que isso possa demandar alteração constitucional, uma vez que são bens da União (arts. 20, XXI CF).

O potencial brasileiro é enorme. A estimativa é que as áreas indígenas da floresta amazônica em território nacional têm capacidade de estocar, segundo o Instituto Socioambiental (27/1/20) com base em estudo elaborado por especialistas (WHRI, Coica, Ipame e outros), de 430 a 500 toneladas de carbono por hectare. Isso representaria receita de cerca de US\$ 616 bilhões em 30 anos, ou seja, US\$ 20,55 bilhões/ano, na cotação atual do mercado internacional (US\$15/tonelada de carbono). Adotando-se o coeficiente de segurança de 80%, a receita para o Brasil seria de US\$ 16,4 bilhões/ano durante três décadas ou mais.

A aquisição desses créditos de carbono pelas nações desenvolvidas seria a contribuição compulsória dos países do G10 para a preservação da Amazônia, materializando o apelo que Biden fez aos seus pares em 2022. Investimento pequeno – o equivalente a menos de 0,02% do PIB dos dez países mais ricos para um – a causa gigantesca.

Um segundo caminho, não excludente, seria o financiamento por pessoas físicas de todo o planeta, consumidores finais de produtos fabricados por grandes conglomerados industriais que operam no Brasil e no mundo, especialmente os fixados na Zona Franca de Manaus (ZFM), que gozam de enormes vantagens fiscais e tributárias.

Um exemplo: a cobrança adicional de um centavo de dólar sobre o preço no varejo de cada latinha de Coca-Cola vendida no mundo (cerca de US\$ 0,38/lata) representaria US\$ 6,84 bilhões/ano em favor da Amazônia. No caso da Pepsi, seriam US\$ 3,65 bilhões/ano. Com as cervejas produzidas pela Ambev/Imbev, US\$ 480 milhões/ano.

Não é difícil imaginar que uma simples frase estampada em cada lata ou garrafinha de refrigerante ou cerveja – do tipo “Estou ajudando a preservar a Amazônia e os indígenas” – daria impulso à tal campanha. Igual estratégia poderia ser utilizada com produtos de outras indústrias da ZFM, tais como barbeadores, eletrônicos e motocicletas fabricados respectivamente por Gillette, Samsung, LG e Honda.

A floresta em pé é economicamente mais rentável do que qualquer outra atividade que agride o meio ambiente, além, é claro, de ser socialmente responsável.

Seria indispensável a formatação jurídica adequada para garantir que todo recurso advindo de tais iniciativas seja utilizado exclusivamente na preservação da floresta – inclusive nas terras indígenas e respectivas populações e culturas – e na geração de atividades econômicas locais, necessariamente não agressoras do meio ambiente. O mesmo vale para turismo ecológico, científico e de eventos e indústrias do pescado e de frutos naturais regionais – tudo isso combinado com atividades de recuperação das áreas degradadas e desflorestadas, além de auditado por empresa internacional. Exigiria, ainda, solucionar o sério problema da titularidade das grandes propriedades privadas na Amazônia brasileira.

O desafio é enorme. No entanto, maior ainda será o prejuízo da humanidade se nada for feito a respeito. Esse projeto de preservação da floresta deve ser pensado e formatado para durar décadas, de forma a permitir a maturação dos investimentos e a geração de atividades econômicas não agressoras do meio ambiente que propiciem emprego e renda aos mais de 18 milhões de habitantes da região e o bem-estar dos mais de 300 mil indígenas. Precisamos dar o primeiro passo rapidamente.